

ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Reporta-se ao lançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, na Câmara dos Deputados.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Frisa que o debate sobre a alimentação orgânica é fundamental para a preservação da saúde.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Aborda quatro indicações de sua autoria em benefício do setor produtivo agrícola de Santa Catarina.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Parabeniza o joinvilense Renan Henrique Finder pela conquista do bicampeonato na Competição Internacional de Matemática para Estudantes Universitários; mostra-se favorável à proposta de escolas em tempo integral.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Cobra da Anatel ações efetivas de punições às empresas de telefonia móvel; comenta a aprovação no Senado da MP n. 563, que amplia o programa Brasil Maior.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Defende o aumento do repasse de verbas aos municípios brasileiros.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Aborda moção de sua autoria pela liberação de recursos ao Hospital Santa Isabel, de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos do horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de, nesta quarta-feira, iniciar os trabalhos desta Casa Legislativa trazendo presente uma temática que vem sendo debatida há muitos anos, mas que nos últimos tempos ganhou um destaque extraordinário e que se tornou uma das principais estratégias quando se fala da agricultura alternativa e sustentável, através da produção agroecológica, da produção orgânica.

Se formos traçar um perfil da agricultura convencional, perceberemos que nos últimos 40 anos o mundo utilizou mais de 2,5 milhões de toneladas de agrotóxico para produção das diferentes culturas. Nesse mesmo período, somente o Brasil usou mais de 300 mil toneladas. Portanto, o

consumo de agrotóxicos aumentou em torno de 700% num período de 30 a 40 anos, enquanto a área agrícola nem dobrou.

Por esse motivo, a presidente Dilma Rousseff, no Dia Mundial do Meio Ambiente, assinou um decreto-lei no sentido de que todos os setores públicos que consomem alimentos substituam, de forma gradativa, os produtos que contenham agrotóxicos pelos produtos agroecológicos, pela produção orgânica.

No dia de hoje está sendo lançada, em Brasília, a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia, que é uma iniciativa extremamente positiva e importante, uma vez que o Legislativo tem que se preocupar em manter ações relacionadas à agroecologia e à produção orgânica.

Tivemos, ainda na segunda-feira passada, o lançamento da Campanha Continental contra o os Agrotóxicos e pela Vida, pois precisamos buscar alternativas mais saudáveis de vida com a produção orgânica, agroecológica, que, sem dúvida nenhuma, é essencial à saúde das pessoas. Por isso, deputado Jailson Lima, a nossa deputada federal Luci Choinacki lança hoje essa frente, em Brasília.

Temos, nesta Casa, o Fórum Permanente da Agroecologia e já realizamos vários debates em Santa Catarina. Estamos organizando para o mês de novembro um grande seminário no oeste para tratar desse tema, visando, com esse tipo de atividade, despertar a sociedade para a necessidade da mudança de hábitos, a fim de que tenhamos mais qualidade de vida.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Padre Pedro Baldissera, o seu pronunciamento é importante e relevante não apenas pela questão da agricultura familiar, que tem uma condição muito melhor de desenvolver os produtos orgânicos, pela característica da nossa região e da sua também,

mas, principalmente, porque esse é um debate fundamental na preservação da saúde não apenas da população consumidora, mas também dos agricultores, já que o uso de agrotóxicos de forma indiscriminada gera muitos problemas de saúde nos próprios produtores rurais.

Então, a frente parlamentar que a deputada Luci Choinaki desencadeia e o trabalho que v.exa. faz - e não apenas como deputado, pois somos testemunhas de que v.exa. é o parlamentar que tranquilamente mais desperta, argumenta e atua na questão da agricultura orgânica - são fundamentais par o Parlamento e para a sociedade como um todo.

Por isso, parabéns pelo seu pronunciamento e por essa luta não apenas pela questão da saúde, mas também por ser um implemento à economia do agricultor, porque a agricultora orgânica representa mais recursos para o bolso do nosso produtor rural.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Quero trazer também presente, nessa mesma direção, um trabalho novo que vem sendo discutido. Temos algumas ações concretas que estão relacionadas não somente à agricultura familiar, mas à agricultura urbana, que despertam um interesse muito grande por parte de várias organizações e movimentos, no sentido da utilização de terrenos baldios e de outros espaços no setor urbano para a produção de alimentos de qualidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, elaborei, dias atrás, quatro indicações importantes para o setor produtivo agrícola de

Santa Catarina. Uma delas foi endereçada ao 10º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército, sediado em Lages, solicitando a retomada imediata das obras de reforma e ampliação do porto de São Francisco do Sul, paralisadas há aproximadamente oito meses.

Outra indicação solicita ao governador do estado a priorização do berço 201 do porto de São Francisco do Sul para descarga de fertilizantes. Na mesma linha, fizemos o mesmo pedido ao secretário de Infraestrutura.

O que me levou a fazer essas indicações são justamente os custos embutidos nesses fertilizantes no repasse para o nosso agricultor. Temos acompanhado um trabalho muito forte, muito respeitoso e dedicado da Fecoagro, voltado sempre à busca de melhores condições para o setor produtivo agrícola do estado de Santa Catarina.

Hoje temos uma dificuldade enorme no momento da descarga de fertilizantes no porto de São Francisco do Sul. Naquele porto a Fecoagro tem uma unidade misturadora de fertilizantes que foi implantada em 2004 para atender à demanda parcial das 11 cooperativas singulares associadas, que distribuem anualmente aproximadamente 300 mil toneladas de fertilizantes no estado catarinense.

A fábrica da Fecoagro tem sido ampliada periodicamente a fim de atender à demanda não apenas das cooperativas filiadas, mas também de outras empresas que vendem o produto em Santa Catarina e que importam através do porto de São Francisco do Sul. O estado de Santa Catarina consome anualmente aproximadamente 700 mil toneladas de fertilizantes, que calculadas a uma média de R\$ 1.100,00 por tonelada, geram um faturamento R\$ 770 milhões.

Levantamento elaborado por empresas que operam nos portos dão conta de que para 2012 poderiam ser importadas, através do porto de São Francisco do Sul, cerca de 600 toneladas, dobrando o volume para 2013, atingindo 1,5 milhão de toneladas de fertilizantes.

Então, para que tenham uma ideia do quanto significa para o agricultor catarinense o simples

fato de conseguirmos priorizar a descarga de fertilizantes naquele porto, a cada dia que o navio fica à espera do momento certo para a sua descarga gera um custo de, aproximadamente, US\$ 20 mil a US\$ 25 mil.

Assim, as nossas cooperativas, que, na verdade, são meras repassadoras, acabam transferindo para o valor final do fertilizante todo esse custo, onerando o agricultor do nosso estado.

Sr. presidente e srs. deputados, com a atitude do governo do estado de retomar as obras do porto de São Francisco do Sul, que têm, inclusive, recursos do PAC garantidos, mas que estão paralisadas há mais de oito meses, ganharão todos os agricultores do estado de Santa Catarina, porque o valor que é pago a cada dia que o navio fica atracado no porto, deixará de onerar o nosso agricultor .

Quanto à Fecoagro, gostaria de elencar a importância do seu trabalho em todo o estado de Santa Catarina, pois junto a ela estão agregadas 11 cooperativas importantes. São elas: Cooperalfa, Cooperativa Agroindustrial Alfa, lá de Chapecó; a Coperio, Cooperativa Rio do Peixe; a Cravil, Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí; a Cooperdia, da terra do nosso amigo deputado Moacir Sopelsa, Cooperativa de Produção e Consumo de Concórdia; a Cooperauriverde, que é lá do nosso modesto município de Cunha-Porã, do qual fui prefeito em duas oportunidades; a Coopervil, Cooperativa Agropecuária Videirense, de Videira e região; a Cooperativa Al, do município de Palmitos e região; a Cooperativa Itaipu, de Pinhalzinho e região; a Coolacer, Cooperativa de Suinocultores de Lacerdópolis; a Cooperja, Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado; a Coocam, Cooperativa Agropecuária Camponovense; a Coopercentral, do oeste catarinense; e a Coopercentral Aurora, da qual todos sabemos a importância para o sistema produtivo agrícola do estado de Santa Catarina.

Então, se conseguirmos - e o governador está sensibilizado nessa direção - a priorização do

berço 201 do porto de São Francisco do Sul para o desembarque de fertilizantes, com certeza todo o sistema produtivo agrícola do estado catarinense acabará beneficiando-se.

Quero ainda nesta oportunidade, sr. presidente e srs. deputados, parabenizar o trabalho de excelência que o nosso secretário de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, vem fazendo por todo o estado, seguindo a cartilha do nosso governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

E para ilustrar, devo dizer que, entre tantos investimentos, tenho percebido que todos os municípios do nosso estado têm recebido recursos por parte da secretaria de Saúde. Somente neste ano foram colocados recursos do governo do estado para atendimento de unidades básicas de saúde em 83 municípios. Além disso, foram distribuídos 208 veículos para transporte de pacientes, ambulâncias, ou mesmo veículos para atender à TFD.

Ontem tivemos a felicidade de participar de um ato no qual o governador do estado e o secretário da Saúde oficializaram a entrega de 300 ambulâncias ao Samu, ambulâncias essas que foram adquiridas com recursos do Tesouro catarinense. Foram investidos R\$ 3,8 milhões em ambulâncias ao Samu, sendo que 30 delas foram distribuídas por todo o estado para atender aos pacientes emergenciais que necessitam de deslocamento até um centro maior para tratamento especializado.

Mas não temos a comemorar apenas essas ações. Somente neste ano foram conveniados com os nossos municípios aproximadamente R\$ 80 milhões, recursos esses destinados à aquisição de equipamentos e de veículos. Vale destacar ainda a sensibilidade do nosso secretário na partilha dos R\$ 3 bilhões que serão destinados pela presidente Dilma Rousseff ao estado de Santa Catarina como forma de compensação financeira. Desse montante, R\$ 464 milhões estão sendo gerenciados junto ao BNDES para investimento em saúde.

Sendo assim, teremos grandes pólos de referência em saúde no estado catarinense, que

tratarão com muita excelência da saúde do nosso povo. E vou citar alguns deles:

- Ao Hospital Florianópolis estão sendo destinados em torno de R\$ 39 milhões para investimento em obras em instalações, na aquisição de mobiliário e de novos equipamentos.

- Ao Instituto de Cardiologia, o investimento é de, aproximadamente, R\$ 59 milhões para obras em instalações, para aquisição de mobiliários, de equipamentos novos e para implementação de novos serviços.

- Ao Hospital Regional de Chapecó serão destinados R\$ 31 milhões para ampliação, pois sabemos que já tem dificuldades de internação.

- No Hospital Infantil Joana de Gusmão serão investidos aproximadamente R\$ 20 milhões.

Foi anunciada ainda, sr. presidente, pelo governador e pelo secretário de Saúde do estado, a construção de dez policlínicas, num investimento avaliado em R\$ 78 milhões, aproximadamente, com mais R\$ 25 milhões para aquisição de equipamentos.

Então, sr. presidente, investimentos dessa natureza mostram que o governador do estado é sensível com os problemas que estamos enfrentando e, acima de tudo, está preocupado com a saúde do povo de Santa Catarina, pois desde a campanha consagrou como lema que as pessoas estavam em primeiro lugar, oferecendo-lhes oportunidades para que possam fazer um tratamento digno, dando segurança e conforto a sua família.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, não poderíamos deixar passar despercebido um fato que bastante orgulha todos os joinvilenses e que foi objeto, inclusive,

de reportagem hoje, no *Diário Catarinense*, na sua página 22, que tem como título:

(Passa a ler.)

"O craque mundial da Matemática

Há apenas dois anos participando da Competição Internacional de Matemática para Estudantes Universitários, o joinvilense Renan Henrique Finder, de 20 anos, já é bicampeão dessa que é uma das disputas mais importantes do mundo. O craque concorreu com outros 317 participantes e conquistou a medalha de ouro mais uma vez.

As provas ocorreram, na semana passada, na cidade de Blagoevgrad, na Bulgária. Renan era um dos 23 brasileiros que competiam. A delegação foi escolhida com base nos resultados da Olimpíada Brasileira de Matemática, na qual Renan também levou a melhor. Além do joinvilense, outros três jovens conquistaram a medalha de ouro; o Brasil ainda levou duas pratas e nove bronze." [sic]

Faço questão de deixar registrado nos anais desta Casa essa vitória e quero solicitar também - e já pedi à minha chefia de gabinete - que seja enviado um documento de congratulações a esse jovem de apenas 20 anos, que encheu todos os joinvilenses, catarinenses e brasileiros de orgulho por essa conquista.

Falando em educação, tenho acompanhado os programas eleitorais, não somente de Joinville, mas de outros municípios, e muito pouco tenho ouvido falar na questão da educação de uma maneira mais objetiva, mais concreta e condensada.

Normalmente você escuta falar na educação dentro de um contexto: saúde, segurança, educação, etc. Mas pouco se ouve preocuparem-se de maneira mais substancial com a questão da educação. Gostaria muito de ver todos os candidatos se preocupando com a questão das escolas em tempo integral, pois para quem vai dirigir um município é de substancial importância a instituição das escolas em tempo integral, que é a forma de manter os filhos das famílias participando não só das aulas, mas de outras importantes atividades, além de evitar o assédio dos traficantes, dos marginais.

Isso é de suma importância principalmente no momento que vivemos neste país, onde as drogas estão virando verdadeira calamidade. Falar em drogas hoje é falar em calamidade pública, preocupação que deveria ser a principal de todas, muito mais do que a própria segurança, porque se estamos vivenciando crimes, assaltos de toda ordem neste país, 80% da causa estão nas drogas. Se já estamos tendo dificuldades de tirar das drogas os nossos jovens que nela entram, por que não prevenir? Por que não cuidar daqueles que ainda não entraram, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes, através de um trabalho nas escolas de tempo integral?

Isso seria de substancial importância, mas vejo muito poucos candidatos falando nesse tipo de preocupação de forma específica.

Ainda dentro desse parâmetro de entendimento, de reflexão, estivemos em nossa Casa Amarela, em Joinville, esta semana, em mais uma oficina, dentro das tantas que fazemos lá, para gestantes. Foram quase 60 gestantes que passaram o dia conosco e lá tivemos médicos fazendo palestras, explicando a questão do pré-natal; tivemos pessoas da maternidade também para orientá-las. Enfim, uma série de palestras e, no final, todas receberam um certificado de conclusão.

Estive reparando na fisionomia das pessoas dos mais variados bairros da nossa cidade, algumas, inclusive, de municípios vizinhos à nossa cidade e literalmente todas elas eram extremamente simples. Muitas delas sem a menor noção do que é ter um filho; sem noção de que estão para colocar no mundo um ser humano que vai estar com elas pelo resto da vida e sobre o qual têm responsabilidade em termos de educação, de alimentação, de formação de caráter etc.

Vi, desanimado, que uma delas que estava no décimo primeiro filho. Uma mulher bem nova, muito pobre, grávida do décimo primeiro filho! Onde está o poder público? Onde estão as instituições públicas? Por que não se faz laqueadura nessas pessoas? Por que não há um programa para fazer laqueadura em pessoas a partir do segundo,

terceiro filho? Mas não! Vai-se deixando à vontade. Perguntei, inclusive, a respeito de laqueadura e disseram-me que o médico não faz, somente se tiver uma autorização judicial. Imaginem, para uma pessoa que mal tem o que comer e está na décima primeira gestação, exigir uma determinação judicial para fazer uma laqueadura?!

E as consequências nós conhecemos: um país marginalizado, com um enorme número de pessoas passando necessidade, muitos delas na marginalidade, por conta da falta de prevenção lá atrás, antes de começar a gestação. Essa é a grande verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. Presidente, quero parabenizar o deputado Nilson Gonçalves por ter feito referência ao garoto que foi campeão na matemática, porque normalmente no Brasil se pensa em matemática na área pedagógica e vemos o quanto o mundo tecnológico dá importância à matemática, porque todo o processo de computação e tecnologia depende de números. E são esses números matemáticos que constroem a ciência do desenvolvimento econômico. Então, quero deixar aqui também os meus parabéns!

Quero fazer referência, no horário do meu partido, à postura da Anatel em relação às operadoras de telefonia, impedindo que vendam chips e novos telefones enquanto não corrigirem os problemas dos celulares no Brasil. Surpreendeu-me que depois de uma semana essa proibição foi cancelada, porque as operadoras apresentaram um plano de investimentos na área de telefonia móvel e da banda larga.

Ontem vimos uma matéria no *Jornal Nacional* em que o Ministério Público está responsabilizando a TIM por um programa chamado Tim Infinity, através

do qual, em tese, o cidadão pode pegar o celular e falar por tempo ilimitado com um custo único. E o que a TIM estava fazendo? O cidadão adquiria esse programa e ao fazer a ligação, na maioria das vezes não conseguia contato ou, quando conseguia, a ligação caía.

Hoje, segundo as notícias dos jornais, a OI, a Vivo e a Claro estão sendo responsabilizadas porque vendem telefones sem que haja, digamos, disponibilidade da rede para transmissão do sinal. As operadoras de telefonia são as empresas que mais mandaram lucros para o exterior, investindo menos da metade daquilo que se haviam comprometido a investir no país.

Então, está na hora de novamente restringir e ter uma ação efetiva em relação às operadoras, porque é um verdadeiro assalto ao povo brasileiro, que compra telefone, que compra um volume de transferência de dados para internet, nos seus *smartphones*, e isso não funciona. Um exemplo claro temos aqui na Assembleia, onde temos um contrato para a internet de sete megas e nunca é entregue mais que meio mega. Eu tenho feito controle diário para ver a velocidade dos celulares e verifiquei que é uma verdadeira vergonha!

Deputado Neodi Saretta, ontem o Senado aprovou a MP n. 563, referente à desoneração da folha de pagamento das empresas, principalmente as do setor têxtil, do setor de plástico, de chips, de hotelaria e de transporte terrestre, tendo em vista as próximas Olimpíadas. Essa medida provisória aprovada no Senado faz parte do programa de governo chamado Brasil Maior, da presidente Dilma Rousseff, que são alavancas para o desenvolvimento econômico, para o combate à crise e à geração de empregos neste país.

É importante que essa medida provisória aprovada no Senado demonstre o compromisso que o governo federal, capitaneado pela presidente Dilma Rousseff, tem com a população brasileira no combate à crise internacional que afeta a economia brasileira. Na América Latina estamos vendo o cenário de inflação na Venezuela, na Bolívia e na Colômbia, além da questão do desemprego e das

medidas restritivas na Argentina. Já o Brasil, apesar de todo esse cenário mundial, está firme nos seus investimentos, com a política determinada da nossa Dilminha, que depois da faxina feita no ministério dos Transportes, com a revisão de todos os preços das obras, agora libera os investimentos para as BRs e para implantar o transporte ferroviário no país.

Acabei de sair do DNIT, onde estive com o companheiro João José, que nos mostrou claramente a decisão da presidente em relação à duplicação da BR-470, pois até o final de ano finalmente essa novela vai acabar, com a licitação da obra até Timbó e depois os encaminhamentos para o projeto executivo do restante da obra, começando pelos trevos das principais cidades, a exemplo da cidade do Rio do Sul, onde resido.

Também a BR-280, deputado Nilson Gonçalves, que vai de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul e Guaramirim, finalmente vai sair do papel!

Essas coisas são importantes porque vão gerar investimentos em Santa Catarina, além dos investimentos que o estado fará com os recursos que virão do BNDES, como forma de compensação em função da questão da briga fiscal, e que somam mais de R\$ 4,5 bilhões.

Por isso, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos muito felizes com os encaminhamentos que estão sendo dados tanto no país, como em nosso estado.

Ainda no horário do meu partido, o PT, da estrela que cintila neste país, quero mandar o meu abraço ao ex-presidente Lula, tendo em vista os resultados dos exames médicos feitos nessa semana, que atestaram que tudo está sob controle e que ele poderá, com toda tranquilidade, participar da campanha política por este Brasil afora. Sabemos que no coração do nosso ex-presidente Lula vibra a emoção de estar com o povo brasileiro nas ruas e de ajudar na defesa do governo da nossa presidenta da República. Os dois ainda ontem almoçaram juntos e discutiram as linhas estratégicas do PT em nível nacional, estadual e municipal.

Então, o nosso abraço ao ex-presidente Lula, que recebeu o título de Cidadão Catarinense desta Assembleia, o que muito nos orgulha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência do representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência do representante do PDT, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, quero agradecer o prestigiamento do deputado Jailson Lima e do deputado Neodi Saretta, de Concórdia.

Sr. presidente, vou ater-me a dois assuntos mesmo que brevemente, um deles fazendo referência ao que v.exa. relatou ontem, desta tribuna, com muita propriedade, qual seja: o problema do transporte coletivo entre os municípios de São Bento do Sul e de Araquari.

Chamou-me a atenção porque aqui já foi aprovada, antes de eu estar nesta Casa, a lei que criou as regiões metropolitanas, sendo que a de Joinville, se não me falha a memória, foi a primeira ou a segunda depois da Grande Florianópolis.

Sr. presidente, quando foram criadas as SDRs foram extintas as regiões metropolitanas. Mais tarde foram recriadas, mas ainda assim, segundo o que v.exa. colocou, segundo os órgãos que administram o transporte coletivo e o transporte intermunicipal de passageiros, não há como resolver legalmente a situação.

Eu vou dar um exemplo da minha época de prefeito em São Bento do Sul onde, mesmo não havendo conurbação, há uma aproximação com o

município de Campo Alegre. Sendo assim, fizemos um acordo, com a autorização das Câmaras Municipais dos dois municípios, autorizando São Bento do Sul a prestar serviço de transporte coletivo em determinada região de Campo Alegre, e também o serviço de água tratada à localidade de Rio Represo.

Portanto, fiquei muito surpreso e lamentei muito, pois as pessoas que se utilizam do transporte coletivo Araquari/Joinville e vice-versa não poderão utilizá-lo por inteiro, terão que fazer uma caminhada de muitos quilômetros para poder chegar ao trabalho e a outras atividades.

Outro assunto abordado ontem pelo deputado Neodi Saretta referiu-se aos compromissos de campanha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito, e vereador da próxima eleição municipal.

Interrompendo minha fala, quero fazer referência à presença do ex-deputado Ivan Ranzolin, que neste momento conversa com dois colegas de muito respeito, os deputados Neodi Saretta e Jailson Lima.

Agradecemos sua presença, deputado, lembrando que esta Casa continua sendo sua. V.Exa. é lageano, mas atuou por todo o nosso estado.

E voltando ao assunto a que o nobre deputado Neodi Saretta se referiu no dia de ontem, quero ampliar a abrangência da questão, porque é exatamente nos municípios que a população procura os serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social, de transporte coletivo, de iluminação pública etc. É na prefeitura, com o prefeito, é na Câmara Municipal, com os vereadores, é nas secretarias, com os secretários, que a população procura os serviços de que necessita. Por quê? Porque está próxima e é lá que ela pode ser atendida. O estado está distante e a união está mais distante ainda.

O que precisamos - e aí não depende só de nós, deputados estaduais, mas de uma atuação forte do Congresso Nacional junto à Presidência da República - é que o Executivo entenda definitivamente que se é nos municípios que a população recebe o atendimento, se é nos

municípios que a população tem mais facilidade de ser atendida, é justo e meritório que o Congresso Nacional aprove uma proposta viável de reforma tributária que valorize as cidades brasileiras. E valorizar não significa somente ter uma ação política positiva, mas uma ação financeira efetiva, a fim de que elas, que com a Constituição de 1988 receberam inúmeras responsabilidades na saúde, na educação, na agricultura, na assistência social, entre outras, perderam um número significativo de recursos. E aqui não me estou referindo ao último governo, porque desde 1988 os municípios vêm assumindo mais responsabilidades e perdendo receitas, porque foram criando esses fundos de estabilização que passaram a ser impostos. Hoje os municípios têm grandes dificuldades financeiras e precisam da ajuda dos parlamentares estaduais e federais através de emendas e projetos. Mas isso é muito lento, muito moroso, muito difícil.

Então, srs. deputados, precisamos urgentemente fazer as reformas que o Brasil tanto precisa, e elas iniciam pela reforma política, pela reforma eleitoral. Depois, então, poderão ser feitas as demais reformas, que possibilitarão o aumento da receita dos municípios porque são eles que resolvem a maioria dos problemas no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Registramos a presença do ex-deputado Ivan Ranzolin, que, se não estou enganado, foi deputado nesta Casa por seis mandatos, com uma vida dedicada à população catarinense, o que nos orgulha bastante.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSB.

Não havendo orador que deseje pronunciar-se, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0224/2012, 0253/2012, 0274/2012, 0319/2012,

0329/2012, 0345/2012, 0356/2012, 0363/2012, 0381/2012, 0435/2012 e 0445/2012, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0360/2012, de autoria do deputado Sandro Silva.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0760/2012, 0761/2012, e 0762/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0763/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0764/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Temos na pauta moções que devem ser discutidas e votadas. Como é visível a falta de quórum para discussão e votação, vamos deixá-las para a tarde.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, sempre deputado Ivan Ranzolin, é muito bom contar com sua presença. Cumprimos também quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, meu assunto hoje é sobre uma moção que estamos encaminhando ao governador do estado para resolver um problema muito importante, para o qual precisamos dar uma solução no município de Blumenau, que é o aumento das AIHs no Hospital Santa Isabel.

Srs. deputados e deputada, a Moção n. 0046/2012, de minha autoria, a ser enviada ao governador e ao secretário da Saúde, apela pela liberação dos recursos necessários ao Hospital Santa Isabel, relativos aos serviços prestados em alta complexidade que foram gerados no atendimento à

E o que me traz justamente à tribuna desta Casa é este assunto tão importante que é a saúde, a defesa da vida, pois há investimentos que

precisamos realizar, uma vez que a doença não marca hora, não marca dia para chegar.

(Passa a ler.)

"Nas últimas décadas tem sido crescente o movimento que busca respostas para o fenômeno dos altos custos sociais com a saúde da população, principalmente com a atenção hospitalar e com a crescente demanda buscando cada vez mais os serviços especializados.

Minha experiência como enfermeira faz-me observar que temos ainda uma cultura de que tudo deve ser resolvido nos hospitais, o que sobrecarrega as instituições hospitalares, deixando a nossa população desassistida e insegura com relação à sua própria saúde e ao tratamento de suas enfermidades.

Temos consciência de que é necessário construir os papéis dos novos hospitais que tendem a se limitar aos cuidados agudos, intensivos e à atenção ambulatorial de maior densidade tecnológica.

Em Santa Catarina, temos um exemplo de excelência e de bom atendimento nesse novo perfil, que é o do Hospital Santa Isabel da cidade de Blumenau. Administrado com competência, o Santa Isabel é líder na realização de transplantes em Santa Catarina. Também é referência em várias especialidades de alta complexidade e atende com eficiência e resolutividade à população catarinense, principalmente às cidades do médio e do alto vale do Itajaí.

Caracteriza-se pela liderança nos serviços de alta complexidade em Santa Catarina e seus serviços são marcados por pioneirismo, infraestrutura, atendimento humanizado e competência da equipe médica e de enfermagem.

Com uma média de 14 mil internações por ano e um serviço de emergência que atende a toda a região do médio vale do Itajaí, o Santa Isabel desenvolve um trabalho multidisciplinar, que permite uma atenção a todos os aspectos da saúde do paciente, com o objetivo de proporcionar uma recuperação rápida e completa.

Sua comissão intra-hospitalar de doação de órgãos e tecidos para transplante teve sua coordenadora premiada com o troféu destaque nacional na promoção de doação de órgãos, oferecido pelo ministério da Saúde, em 2006.

Entretanto, srs. parlamentares, administrar um hospital do porte do Santa Isabel exige dedicação, atenção e parceria com o poder público. Mas aquele hospital vem sofrendo limitações de teto de AIH (Autorização de Internação Hospitalar), insuficiente para atender a toda a demanda regional. Essa limitação provoca prejuízos aos profissionais que trabalham no Hospital Santa Isabel, prejudica seus fornecedores e provoca insegurança aos usuários do SUS que necessitam desse atendimento.

O Hospital Santa Isabel se destaca em cinco especialidades de alta complexidade e em algumas chega a ser referência para 96 municípios do estado de Santa Catarina. A demanda do hospital é extraordinária, especialmente na cardiologia, mas o teto das Autorizações de Internamento Hospitalar sistematicamente é superado, gerando déficits sucessivos. Apenas em sete meses deste ano acumulou mais de R\$ 4 milhões, mas o Hospital Santa Isabel continua atendendo às urgências e emergências.

O governo do estado se comprometeu a repassar até a próxima sexta-feira o valor de R\$ 1,5 milhão e também negociar o restante dessa dívida. Mas devido a esse atraso, foram suspensas as cirurgias eletivas, prejudicando diretamente pessoas e famílias que necessitam desse atendimento na cidade de Blumenau e em todo o vale do Itajaí, tendo em vista essa dívida do governo do estado com aquele hospital. Quer dizer, as cirurgias não estão sendo agendadas tendo em vista o repasse no valor de R\$ 4 milhões pelo governo federal que ainda não foi feito.

A responsabilidade pela suspensão dos serviços deve-se ao déficit gerado pelo não aumento do teto das AIHs. Mesmo trabalhando com todas essas dificuldades o Hospital Santa Isabel

mantém os atendimentos em urgências e emergências de nossa população.

Por esse motivo pretendemos encaminhar uma moção de apelo ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, que deverá ser apreciada na tarde de hoje, solicitando a liberação imediata dos recursos ao Hospital Santa Isabel, relativos aos serviços de alta complexidade prestados no atendimento à população de Blumenau e da região.

Pedimos ainda, em nome de toda a população do vale do Itajaí, que necessita dos serviços do Hospital Santa Isabel, que o sr. governador autorize o imediato aumento das AIHs, levando-se em conta a série histórica de atendimentos que comprovam a excelência do trabalho realizado na promoção da vida da gente do vale do Itajaí.

Com 87 cirurgias, o Hospital Santa Isabel salvou vidas graças à sua equipe médica e também aos doadores de órgãos que possibilitam uma segunda chance a muita gente que estava na fila de espera por um transplante."

Por isso, sr. governador e sr. secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, temos que remunerar corretamente os nossos hospitais pelo trabalho essencial e fundamental que executam no estado de Santa Catarina. Peço isso em nome do Hospital Santa Isabel, que é referência no transplante de órgãos no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Esperamos, então, sr. governador e sr. secretário da Saúde, providências imediatas para o pagamento do trabalho que o Hospital Santa Isabel já prestou à nossa comunidade nos atendimentos realizados. Também pedimos o aumento das autorizações de internações hospitalares, porque a doença não marca hora e dia e o Hospital Santa Isabel tem realizado, sim, um trabalho de excelência para a nossa comunidade.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação

Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, quer agradecer àqueles que colaboraram para o andamento dos trabalhos, os funcionários da Casa, especialmente aqueles que trabalharam no plenário, ao pessoal da Polícia Militar, da TVAL, da imprensa e também os assessores da Mesa Diretora, que nos deram respaldo para que pudéssemos terminar os trabalhos. Enfim, agradecemos a todos aqueles que colaboraram para o bom andamento dos nossos trabalhos na manhã de hoje.

Queremos agradecer também ao telespectador da TVAL que acompanhou nosso trabalho nesta manhã.

Gostaria de registrar, antes de encerrar a sessão, a presença do sempre deputado Ivan Ranzolin, o que nos dá uma grande satisfação. Certamente vamos aprender mais um pouquinho conversando com esse homem que é um dos políticos mais experientes do nosso estado.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

